

INTERNALISMO, EXTERNALISMO E AUTOCONHECIMENTO¹

ANA MARGARETE BARBOSA DE FREITAS

Doutoranda em Filosofia no Programa de Pós-Graduação de Filosofia da
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
E-mail: anamargarete11@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar as posições internalista e externalista acerca dos conteúdos mentais e como essas diferentes abordagens tratam a questão do autoconhecimento, mostrando as consequências dessas posições para o conhecimento humano. A análise é direcionada para uma defesa de uma perspectiva externalista deflacionada, uma tese compatibilista entre o externalismo e o autoconhecimento, que estabelece o lugar da mente na natureza sem, no entanto, descartar o uso do vocabulário intencional e negar a autoridade da primeira pessoa.

Palavras-chave: Internalismo; Externalismo;
Autoconhecimento; Donald Davidson.

ABSTRACT: The purpose of this article is to present the internalist and externalist positions about mental content and how these different approaches address the issue of self-knowledge, showing the consequences of these positions to human knowledge. The analysis is directed to a defense of a deflated externalist perspective, a compatibilist thesis of externalism and self-knowledge, establishing the place of mind in nature without, however, rule out the use of intentional vocabulary and deny the authority of the first person.

Keywords: Internalism; Externalism; Self-knowledge; Donald Davidson.

1. INTRODUÇÃO

¹ A primeira versão deste artigo foi apresentada como trabalho final da disciplina “O Problema do Autoconhecimento”, lecionada pelo Prof. Dr. Waldomiro José da Silva Filho, no Programa de Pós-graduação de Filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), durante o período de realização do mestrado (2009-2011).

Questões gerais sobre o que é uma mente e como é possível conhecê-la estão relacionadas diretamente com as concepções que dizem respeito à natureza do pensamento humano. Compreender intenções, desejos, crenças, implica em conhecer a natureza do mental, seus conteúdos, suas propriedades e como isso se relaciona com o mundo a nossa volta.

Comumente somos levados a pensar a nossa mente como algo interno e altamente subjetivo. Podemos fechar os olhos e imaginar os objetos e termos a impressão de que podemos pensá-los independentemente do mundo exterior, como se eles estivessem diante da nossa mente e, assim, sermos capazes de conhecê-los. A perspectiva que sustenta o dualismo entre mente e mundo é chamada de *internalista* ou *individualista* e sugere que os conteúdos da nossa mente não dependem necessariamente de uma referência no mundo externo.

A mente e tudo aquilo que, na experiência humana, podemos dizer que tem um conteúdo semântico (como nossos pensamentos, frases, intenções e crenças), segundo este ponto de vista, podem ser explicados evocando fenômenos ou processos que se passam no teatro privado, individual e isolado da mente (SILVA FILHO, 2007, p. 155, grifos do autor).

Nesta perspectiva, os estados mentais são, necessariamente, dotados de intencionalidade, isto é, envolvem a relação entre a pessoa e uma certa proposição com conteúdo representacional que expressa a atitude do sujeito perante algo. A expressão de estados mentais intencionais pressupõe o autoconhecimento, ou seja, é preciso que eu conheça, primeiramente, o conteúdo do meu próprio pensamento para que, em seguida, eu possa expressá-lo. Por ser dotado de autoridade epistêmica, o autoconhecimento nos possibilita o acesso privado, imediato e privilegiado aos nossos estados mentais. Assim, só podemos conhecer o que se passa no interior da nossa mente e compreender o mundo a nossa volta a partir de referências aos conteúdos dos nossos estados mentais subjetivos.

Por outro lado, uma perspectiva *externalista* acerca dos conteúdos mentais (PUTNAM, 1975; BURGE, 1998), que permeia o cenário da filosofia analítica contemporânea, faz uma crítica a essa visão internalista e subjetivista da mente, afirmando que as referências dos significados das palavras utilizadas no ato

comunicativo não se encontram confinadas nas mentes individuais dos sujeitos que as proferem, mas sim no mundo externo que é compartilhado por todos. Para o sujeito conhecer os conteúdos dos seus próprios pensamentos ele precisa investigar os objetos físicos e a prática da comunidade linguística a sua volta. Isso sugere que a maioria das nossas crenças pode ser verdadeira, mas como não temos acesso direto e imediato aos nossos conteúdos mentais poderíamos, frequentemente, estarmos equivocados sobre o que pensamos e, conseqüentemente, não termos autoconhecimento. Assim, os argumentos externalistas a respeito do conteúdo mental geram o ceticismo acerca do conhecimento da própria mente (autoconhecimento).

Neste artigo, pretendo apresentar de forma panorâmica a posição internalista e externalista acerca do conteúdo mental e como essas diferentes abordagens tratam a questão do autoconhecimento, a fim de traçar o percurso para a defesa de uma perspectiva externalista da mente e dos conteúdos mentais que, contrária à posição internalista, não sustenta o dualismo mente-mundo, mas estabelece o lugar da mente na natureza sem, no entanto, descartar o uso do vocabulário mentalista e negar a possibilidade de termos autoconhecimento. Esse argumento defende a compatibilidade entre externalismo e autoconhecimento, sustentando a necessidade das condições externas para a ocorrência do pensamento, sem a exigência de conhecer todas as circunstâncias exteriores para saber que ele ocorre. O objetivo é mostrar as conseqüências da adoção das teses internalista e externalista para o conhecimento humano e como a adoção de uma abordagem externalista deflacionada pode contribuir para uma melhor compreensão dos estados mentais.

2. INTERNALISMO X EXTERNALISMO

Um dos pressupostos principais das teses internalistas é a indubitabilidade de que possuímos acesso privado, imediato e privilegiado aos nossos estados mentais, o que caracteriza o *autoconhecimento*. Possuir autoconhecimento implica

na incorrigibilidade e na certeza do meu conhecimento sobre os meus próprios estados subjetivos. Dessa forma, o conhecimento dos próprios estados internos é dotado de autoridade epistêmica e atua como intermediário entre a mente e o mundo.

Em primeiro lugar, conhecemos aquilo que se passa em nossas próprias mentes; em seguida, por meio de inferências e argumentos, procuramos estabelecer, a partir do que se passa em nossas mentes, o conhecimento do mundo e das outras mentes (SMITH, 2005, p. 151).

Desde Descartes, a epistemologia moderna apresenta como característica uma concepção individualista da mente, a que afirma que o conteúdo do pensamento de um sujeito é inteiramente individuado pelos seus próprios estados internos.

Esse pensamento está associado às teses desenvolvidas por Descartes (2005) nas *Meditações Metafísicas*, quando ele procurava um fundamento racional para todas as crenças, o estabelecimento de algo certo, firme e constante nas ciências. Para alcançar esse objetivo, Descartes utilizou o procedimento da dúvida metódica, chegando à seguinte conclusão

52

De sorte que, após ter pensado bem nisso e ter cuidadosamente examinado todas as coisas, é preciso enfim concluir e ter por constante que esta proposição, *Eu sou, eu existo*, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a pronuncio ou que a concebo em meu espírito (DESCARTES, 2005, p. 43, grifos do autor).

Essa afirmação implica a certeza da existência da consciência, enquanto que de todo o resto é possível duvidar². A dúvida metódica de Descartes abrange todo o nosso conhecimento do mundo exterior, concluindo que nada podemos saber acerca do mundo que nos rodeia, visto que não há a possibilidade de obtermos informações confiáveis a partir da nossa experiência, dos dados dos nossos sentidos.

² Segundo Rorty (1994), a 'indubitabilidade' do que se passava na consciência – pensamentos e sensações – se constituiu como o critério do mental, o que tornava a mente uma substância distinta de tudo o que era físico.

Uma vez que não há provas seguras da existência do mundo externo, incluindo o próprio corpo, Descartes afirma que a mente e a realidade externa são duas substâncias distintas, separadas e autônomas, capazes de existir independentemente uma da outra – posição conhecida como *Dualismo de Substâncias*. Não é possível estabelecer uma relação entre a mente e o mundo, pois a substância mental (*res cogitans*) é consciente e puramente intelectual, não possui extensão ou posição no espaço e segue as normas da racionalidade humana; enquanto a substância física (*res extensa*) é constituída de matéria, possui a extensão como característica básica e é obediente às leis da natureza. Dessa forma,

[...] cada mente é uma coisa não física distinta, um ‘pacote’ individual de substância não física, uma coisa cuja identidade é independente de qualquer corpo físico ao qual ela possa estar temporariamente ‘conectada’. Segundo essa concepção, as atividades e os estados mentais derivam seu caráter especial do fato de serem estados e atividades dessa substância única e não física (CHURCHLAND, 2004, p. 26, grifos do autor).

A existência da mente independe do corpo, isto é, segundo essa posição, a nossa vida mental não depende de quaisquer processos físicos e poderia existir mesmo se não estivéssemos vivos no sentido corporal (MATTHEWS, 2007). A mente cartesiana é caracterizada, essencialmente, em termos de pensamento, definido por Descartes (1885, p. 20) como “tudo aquilo o que ocorre em nós de tal maneira que percebamos imediatamente por nós mesmos”. Sendo assim, a mente é a experiência de estar consciente de tudo o que ocorre introspectivamente. Os pensamentos vêm à mente de forma imediata e transparente apenas para aquele que o experiencia, sendo, portanto, totalmente privado, indubitável e infalível (HACKER, 2010)³.

Essa separação entre mente e mundo implica na afirmação de que a mente e os conteúdos mentais independem do mundo externo, ou seja, de que a mente é

³ De acordo com Hacker (2010, p. 246), a concepção de mente cartesiana “é a raiz da noção de que a consciência é exclusivamente privada, que cada pessoa tem um acesso privilegiado ao seu próprio domínio de consciência, que o que nele observa *in foro interno* tem uma característica qualitativa única, inefável”. Burge (1998) chama de “individualista” todo trabalho filosófico sobre a mente que corrobora o pensamento cartesiano, privilegiando a perspectiva epistêmica de uma pessoa, ou seja, o que lhe ocorre internamente, em detrimento do seu entorno social e físico.

algo isolado e subjetivo não existindo nenhuma possibilidade de relacioná-la ao mundo natural.

Esse tipo de afirmação traz sérias consequências para a possibilidade de conhecimento humano, já que, se os nossos pensamentos não se relacionam com o mundo, podemos pensar o mundo de uma forma e ele ser totalmente diferente de como nós o pensamos. Essa visão estabelece uma dúvida geral sobre a veracidade de todas as nossas crenças a respeito do mundo externo e põe em xeque tudo o que experienciamos na vida cotidiana.

Dessa forma, aceitar o dualismo mente-mundo significa atestar a nossa incapacidade de termos conhecimento, de produzirmos conhecimento, de conhecer o que se passa no mundo a nossa volta e na mente das pessoas com as quais nos comunicamos. A perspectiva internalista da mente nos condena ao *solipsismo*, a uma vida de ilusões e aparências, onde a única realidade conhecida é a realidade subjetiva do eu.

Entretanto, apesar de muitas vezes termos a impressão de que há um abismo entre o que se passa em nossa mente e o mundo que nos rodeia, ordinariamente formulamos crenças e juízos, admitimos ter conhecimentos e nos sustentamos neles para agir e interagir com os objetos e as pessoas a nossa volta. Um bom exemplo é o que ocorre todos os dias numa instituição universitária: milhares de pessoas se reúnem a fim de aprender, elaborar e compartilhar conhecimentos. São características dessa atividade as dúvidas e os erros que comumente ocorrem no processo de aprendizagem, entretanto, em nenhum momento nos encontramos inteiramente equivocados a respeito de tudo o que pensamos. Isso significa que, pelo menos, a maior parte das nossas crenças pode ser compartilhada com os demais, uma vez que utilizamos uma linguagem pública e social que nos permite compreender o mundo e as pessoas ao nosso redor e, ao mesmo tempo, sermos compreendidos por elas.

Esse exemplo contradiz as teses internalistas que afirmam que só podemos conhecer o que se passa no interior da nossa mente, e que só podemos compreender o mundo a nossa volta a partir de referências aos conteúdos dos nossos estados mentais. Mas então, como podemos nos comunicar e partilhar uma linguagem pública se só podemos ter acesso direto e imediato à nossa própria

mente, se os conteúdos das nossas palavras se referem apenas aos nossos estados internos e não podemos ter acesso às mentes das outras pessoas?

Compreender esta questão pode nos conduzir à perspectiva que vai de encontro à posição internalista, a saber: o *externalismo* ou *anti-individualismo*, que rebate a afirmação de que os conteúdos mentais são inteiramente determinados pelos indivíduos independentemente do seu entorno social e físico.

O argumento das Terras Gêmeas esboçado por Hilary Putnam (1975) no artigo “The meaning of ‘meaning’” é utilizado para defender a tese externalista, a saber, de que os significados não podem ser determinados pelos estados psicológicos dos indivíduos, uma vez que duas pessoas podem estar nos mesmos estados psicológicos e significar coisas diferentes com os mesmos termos, o que leva a conclusão de que os significados não estão na cabeça, ou seja, os significados dependem do ambiente externo no qual o sujeito se encontra.

Putman (1975) sugere um experimento mental no qual existem dois planetas, a Terra e a Terra Gêmea, sendo a Terra Gêmea um planeta muito parecido com a Terra, na verdade, exatamente igual à terra, molécula por molécula. A única diferença entre os dois planetas é que o líquido conhecido como “água”, na Terra Gêmea, não é composto por H₂O, mas pela fórmula química XYZ. Este XYZ é indistinguível da água, pois apresenta o mesmo aspecto da água, sacia a sede como a água, enche os rios, lagos e oceanos na Terra Gêmea, porém não é água. Ninguém na Terra e na Terra Gêmea pode distinguir entre “água” e XYZ (“água-gêmea”). Putman também supõe que um sujeito da Terra tem um sócia, uma cópia idêntica, na Terra Gêmea. Assim, um indivíduo que use a palavra “água” na Terra está se referindo a H₂O e não a XYZ (mesmo que ele não saiba, antes de 1750, que “água” é H₂O). Se esse indivíduo for transportado para a Terra Gêmea, sem que ele saiba, ele usaria a mesma palavra “água” quando estivesse na presença de XYZ, acreditando que está se referindo a H₂O. Com isso, é plausível que o indivíduo tenha os mesmos estados psicológicos internos, os mesmos estados cerebrais, entretanto tenha pensamentos diferentes nos dois ambientes.

[...] o significado é diferente porque a matéria-coisa é diferente. E eu destaquei que o falante da Terra e o seu sócia podem estar no mesmo estado cerebral neurônio por neurônio, e ainda assim

poderia ser o caso de que o que o terráqueo significa pela palavra 'água' não ser o que o terráqueo gêmeo significa com a mesma palavra. Foi neste ponto que escrevi: 'os significados não estão na cabeça' (PUTNAM, 1996, p.17, grifos do autor).

Dessa forma, para o externalismo, a mente e os conteúdos mentais não se constituem como algo separado e distinto do mundo físico, mas estão em relação com esse mundo e são de alguma forma causados por ele. Assim, as referências dos significados das palavras utilizadas no ato comunicativo não se encontram confinadas nas mentes individuais dos sujeitos que as proferem, mas sim no mundo externo que é compartilhado por todos.

Como nossos pensamentos são determinados *em parte* pelo o que experienciamos na nossa vida cotidiana, o mundo não pode ser totalmente diferente de como nós o pensamos e podemos ter acesso à mente das outras pessoas, uma vez que a linguagem que permite a expressão de estados subjetivos se constitui como algo público e social. Então, para que seja possível saber o que estamos pensando, precisamos conhecer o que se passa no mundo que nos circunda?

Algumas formas de externalismo como o *externalismo sobre espécies naturais* (PUTNAM, 1975) e o *externalismo social* (BURGE, 1998) afirmam que para o sujeito conhecer os conteúdos dos seus próprios pensamentos ele precisa investigar os objetos físicos e a prática da comunidade linguística a sua volta. Isso sugere que a maioria das nossas crenças pode ser verdadeira, mas como não temos acesso direto e imediato aos nossos conteúdos mentais, não sabemos a quem os nossos conteúdos mentais se referem para atribuímos significados aos nossos pensamentos, poderíamos, frequentemente, estar equivocados sobre o que pensamos e, conseqüentemente, não termos autoconhecimento.

Essa posição cética em relação ao autoconhecimento afirma que a autoridade especial da primeira pessoa, o acesso direto, imediato, transparente, *a priori* e infalível aos nossos próprios estados mentais não é o caso, ou seja, se os significados não estão na cabeça, se não posso discriminar os conteúdos dos meus próprios pensamentos, então não há autoridade especial da primeira pessoa. Dessa forma, apenas posso *conhecer* o mundo que me rodeia enquanto o mesmo não pode acontecer quanto ao que se passa na minha própria mente.

3. EXTERNALISMO E AUTOCONHECIMENTO

Mais uma vez nos encontramos numa posição onde não é possível estabelecer um vínculo lógico entre as nossas crenças e o mundo, já que existe a possibilidade de não podermos determinar exatamente quais os eventos que causaram as nossas crenças.

Esse ceticismo acerca dos próprios estados mentais pode ser refutado restabelecendo novamente a autoridade da primeira pessoa, sem, no entanto, rejeitarmos a possibilidade de que podemos conhecer outras mentes e o mundo exterior. Nesse caso, admite-se uma posição compatibilista entre o externalismo e o autoconhecimento, isto é, uma posição segundo a qual o fato de que não possamos discriminar os conteúdos dos nossos pensamentos (os significados das nossas palavras) não implica diretamente que não saibamos o que queremos dizer e o que pensamos.

Essa perspectiva é defendida por Donald Davidson (2001a) no artigo “First Person Authority”. Neste artigo, Davidson (2001a, p. 3) afirma “que se é possível explicar a autoridade da primeira pessoa na fala [na comunicação intersubjetiva] teremos feito muito, se não tudo, do que necessitamos para caracterizar e explicar os fatos epistemológicos.”

Davidson adota uma concepção externalista dos conteúdos mentais, mas diferentemente das outras formas de externalismo, ele entende que a aquisição de um conceito ocorre no decorrer da nossa experiência de relações causais com os objetos e as pessoas no nosso contexto social. Por considerar o contexto no qual as práticas de linguagem são desenvolvidas pelos falantes, esse tipo de externalismo é chamado de *externalismo modesto ou deflacionado*.

Essa perspectiva não compartilha com os pressupostos internalistas a existência de *intermediários epistêmicos* entre a mente e o mundo, afirma, entretanto, a existência de *intermediários causais*, assim como as outras formas de externalismo, mas devolve a *autoridade da primeira pessoa* nessa relação, pois

podemos saber o que pensamos uma vez que as nossas crenças são causadas pelos objetos e eventos a nossa volta e porque podemos compartilhá-las com os demais membros da comunidade linguística. Porque posso tornar público os meus pensamentos e ser compreendida quando os expresso, posso afirmar que possuo crenças sobre o mundo – que tenho autoconhecimento.

Os estados intencionais são transparentes para seus sujeitos porque, em sua constituição mais íntima, eles são públicos e intersubjetivos: sua natureza é essencialmente holística e interpretacional. Em outras palavras, eles *só existem a partir da interação* entre dois ou mais intérpretes – interação que, obrigatoriamente, pressupõe uma conexão mais fundamental: a que une tais intérpretes a um meio ambiente ou mundo comum (MARTINS, 2005, p. 250, grifos do autor).

Segundo Davidson (2001b), é no processo de comunicação que pode ser estabelecido o conceito de verdade objetiva. Esse processo que envolve a interação entre duas pessoas e o mundo a partir da ação interpretativa é chamado de *triangulação*. Interpretar significa atribuir a alguém estados mentais; se no ato interpretativo o intérprete pode compreender o que o falante diz, então pode saber o que se passa na sua mente. Dessa forma, cada um pode correlacionar as reações do outro com os estímulos que percebem do mundo e, assim, estabelecer uma causa comum para as suas crenças, conferindo-lhes objetividade.

Para isso, é necessário que no processo de comunicação a pessoa que profere um enunciado esteja em melhor posição a respeito de suas próprias crenças do que aquele que o ouve, no caso, o seu intérprete. O objetivo do falante é se fazer interpretável, enquanto o do intérprete é saber o que significam as palavras do falante. Dessa forma, o falante sabe sem necessidade de interpretação alguma o que significam as suas palavras enquanto o intérprete só sabe quando interpreta o falante corretamente.

A autoridade da primeira pessoa está no fato de que na situação de comunicação o falante sabe no que crê, mesmo que ele esteja equivocado acerca dos significados das suas palavras, enquanto que o intérprete não pode sabê-lo, restando-lhe apenas interpretar o que o falante diz. “Qualquer um que compreende o discurso pode reconhecer asserções, e sabe que alguém que faz uma asserção

representa a si mesmo como acreditando no que está dizendo” (DAVIDSON, 2001b, p. 209).

Desse modo, a autoridade da primeira pessoa é um fator imprescindível para que ocorra o processo de interpretação:

Conhecimento de outra mente é possível, contudo, *apenas se alguém tem conhecimento do mundo*, pois a triangulação, que é essencial para o pensamento, requer que *os participantes na comunicação reconheçam que eles ocupam posições em um mundo compartilhado*. [...] nós não estamos em uma posição de atribuir pensamentos a outros a menos que conheçamos o que nós pensamos, uma vez que atribuir pensamentos a outros é uma questão de comparar o comportamento verbal, e de outros tipos, das outras pessoas com as nossas próprias proposições ou frases significativas (DAVIDSON, 2001b, p. 213, grifos nossos).

Assim, a assimetria que se estabelece, nas teorias incompatibilistas, entre o conhecimento do mundo exterior e das outras mentes e conhecimento da própria mente não pode ser o caso, uma vez que estas três formas de conhecimento estão inter-relacionadas e são dependentes umas das outras.

4. CONCLUSÃO

As afirmações externalistas de que os estímulos do mundo exterior causam as nossas crenças vai ao encontro das nossas convicções mais comuns, entretanto, quando assente que só podemos conhecer os nossos próprios pensamentos através da investigação do ambiente externo, elas esbarram nas nossas observações mais triviais.

Quando os estímulos externos causam as nossas crenças eles também determinam o seu significado, é possível que nessa relação causal formemos crenças falsas sobre o mundo, mas não é possível que nossa imagem geral do mundo e nosso lugar nele sejam errôneos (DAVIDSON, 2001b), senão a conversa comum que estabelecemos ordinariamente com os outros membros da nossa comunidade não faria o menor sentido.

As teses incompatibilistas que afirmam que não temos conhecimento dos conteúdos dos nossos próprios estados mentais são muito rigorosas quanto à justificação das nossas crenças. Para que elas sejam consideradas “conhecimento”, precisam ser totalmente *transparentes*, ou seja, que saibamos determinar precisamente o que as causou, e *infallíveis*, não podemos estar errados sobre elas.

Considero que estas são exigências que estão fora do alcance das capacidades humanas. Entretanto, o fato de não sermos capazes de satisfazê-las não significa que não temos razões para ter as crenças que temos. Pelo contrário, o fato de que nós podemos compreender o mundo e as outras pessoas a nossa volta e sermos compreendidos pelos demais, compartilhando uma linguagem intersubjetiva, só reforça a concepção de que nós sabemos o que pensamos, queremos, desejamos, etc., mesmo que, às vezes, sejamos enganados pelos nossos sentidos.

Assim, a noção de conhecimento como crença verdadeira e justificada por um método confiável não pode ser aplicada ao autoconhecimento, pois podemos estar equivocados a respeito do que se passa na nossa mente. Mas também não podemos concluir disso que as justificações para o conhecimento da nossa própria mente devam ser rejeitadas. Apesar de falível, o conhecimento que tenho dos meus conteúdos mentais “tem uma autoridade que nenhuma pretensão na segunda ou na terceira pessoas, ou na primeira pessoa de outro tempo verbal, poderá vir a ter” (DAVIDSON, 2001c, p. 16). É através desse conhecimento que podemos nos estabelecer e nos situar no mundo, nos posicionando frente aos acontecimentos da vida cotidiana e nos individualizando dos demais membros da comunidade da qual fazemos parte.

REFERÊNCIAS

BURGE, Tyler. Individualism and the Mental. In: LUDLOW, Peter; MARTIN, Norah (Eds.). *Externalism and Self-Knowledge*. CSLI, 1998.

CHURCHLAND, Paul M. *Matéria e Consciência: Uma introdução contemporânea à filosofia da mente*. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: UNESP, 2004.

DAVIDSON, Donald. First Person Authority. In: *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001a.

DAVIDSON, Donald. Three Varieties of Knowledge In: *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001b.

DAVIDSON, Donald. Knowing One's Own Mind. In: *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001c.

DESCARTES, René. *Les principes de la philosophie* – première partie. Paris: Imprimerie et librairie classiques, [1885].

DESCARTES, René. Meditação Segunda. In: DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 41-55.

HACKER, Peter M. S. *Natureza Humana: categorias fundamentais*. Trad. José Alexandre Durry Guerzoni. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARTINS, P. M. Como superar o dualismo sem reducionismo: Davidson e a crítica hermenêutica na filosofia da mente. In: Smith, P J.; Silva Filho, W. J. (Orgs.). *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MATTHEWS, Eric. *Mente: conceitos-chave em filosofia*. Trad. Michelle Tse. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PUTNAM, Hilary. The meaning of 'meaning'. In: PUTMAN, Hilary. *Mind, Language and Reality: Philosophical Papers*, Vol 2. Cambridge: University Press, 1975.

PUTNAM, Hilary. Introduction. In: Andrew Pessin e Sanford Goldberg (Ed.). *The Twin Earth Chronicles: Twenty Years of Reflection on Hilary Putnam's "The meaning of 'meaning'"*. New York, London: M. E. Sharpe, 1996.

RORTY, Richard. *A Filosofia e o espelho da natureza*. Trad. Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SILVA FILHO, W. J. Mente, mundo e autoconhecimento: uma apresentação do externalismo. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 30 (1), p. 151-168, 2007.

SMITH, P. J. Davidson para além do ceticismo. In: Smith, P J.; Silva Filho, W. J. (Orgs.). *Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.